

AMANDA JALES MARTINS

Prefácio por

Reynaldo Soares da Fonseca

Ministro do STJ

Apresentação por

Gustavo Badaró

DIREITO AO ESQUECIMENTO



**NO ÂMBITO DA CRIMINALIDADE
ECONÔMICA SOB O ENFOQUE
DA PESSOA JURÍDICA**

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Amanda Jales Martins.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Letícia Robini
(Imagem por tigerlily713, via Pixabay)

Diagramação
Letícia Robini

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

1163994

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

MARTINS, Amanda Jales.

Direito ao esquecimento no âmbito da criminalidade econômica sob o enfoque da pessoa jurídica — Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

138 p.

ISBN: 978-65-80444-50-2

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDD341.5

CDU343

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	13
1. INTRODUÇÃO	19
2. DA ORDEM ECONÔMICA E DE SUA TUTELA PELO DIREITO PENAL	21
2.1. A evolução da intervenção penal na economia.....	21
2.2. A ordem econômica.....	24
2.3. Os mecanismos de intervenção estatal na economia: o Direito Penal Econômico e o Direito Administrativo Sancionador.....	29
2.4. A ordem econômica como bem jurídico-penal: rumo à supraindividualidade.....	37
3. A QUESTÃO DA PESSOA JURÍDICA CRIMINOSA	41
3.1. A pessoa jurídica e a definição de seus direitos e obrigações.....	41

3.2. A colocação do problema em termos político-criminais: a (in) conveniência da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	47
3.3. As análises (e as dificuldades) dogmáticas da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	55
3.4. Uma constatação crítica: o recebimento da responsabilidade penal da pessoa jurídica no ordenamento brasileiro.....	59
3.5. Mecanismo extrapenal de responsabilização da pessoa jurídica.....	63
4. O DIREITO AO ESQUECIMENTO: CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	73
5. O DIREITO À MEMÓRIA COMO CONTRA-ARGUMENTO.....	81
6. O PROCESSO PENAL, A MÍDIA E A NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO.....	87
6.1. O processo penal.....	87
6.2. A publicidade processual: sua importância, finalidade e limites.....	92
6.3. O papel da mídia na divulgação de informações.....	97
7. A PONDERAÇÃO CONSTITUCIONAL: É POSSÍVEL CONCILIAR O DIREITO AO ESQUECIMENTO E O DIREITO À MEMÓRIA, FACE A PUBLICIDADE PROCESSUAL PENAL PELA IMPRENSA?.....	105

8. DIREITO AO ESQUECIMENTO DE QUEM? O POSICIONAMENTO DA PESSOA JURÍDICA NESSE DEBATE.....	111
9. CONCLUSÃO.....	121
REFERÊNCIAS.....	125